

Para baixo, deve-se; para cima, paga-se

GLOBO

27 SET 2000

DÍVIDA PÚBLICA

ELIO GASPARI

Há poucas semanas o ministro Pedro Malan divulgou uma encíclica com a seguinte defesa do pagamento das dívidas nacionais:

"Deixar de fazê-lo é ficar fora da lei, é atuar sem ética, é condenar o país à pecha de caloteiro e fechar definitivamente as portas para novos financiamentos. O Brasil é a nona economia do mundo. Precisa ter isso em conta em suas atitudes. Precisa dar o exemplo, lutar pela regra da lei, e não pela desordem."

Beleza. E como fica a devolução da tunga do FGTS da escumalha?

Na quinta-feira passada, o Governo disse que ia pagar a todo mundo, com recursos do próprio Fundo. Demagogia eleitoreira, visto que o FGTS, como o Governo de Moçambique, não tem como pagar essa conta. Omitiu-se a possibilidade (leia-se necessidade) de o Tesouro Nacional vir a contribuir com uma parte da conta. Passados quatro dias, o ministro Martus Tavares, do Planejamento, anunciou: "O Fundo é privado, mas a garantia última é da União." Traduzindo: o Erário arcará com uma parte da despesa provocada pela apropriação indébita estimada pelo Banco Central em R\$ 30,8 bilhões. Fará isso porque perdeu a questão no Supremo Tribunal Federal.

O Governo vem repetindo que negociará o assunto com as centrais

sindicais. Parece um gesto tolerante, mas é impróprio. As centrais sindicais pretendem falar em nome dos trabalhadores, mas institucionalmente só os representam no Conselho Curador do FGTS, que se reúne com agenda e ata. Nele têm assento também os empresários. A CUT e a Força Sindical, para citar as duas maiores, não têm mandato dos correntistas do FGTS para negociar o ressarcimento da tunga patrimonial que lhes foi imposta.

Assim como não o têm a CNBB, o MST ou o FMI. Trata-se pura e simplesmente de cumprir uma sentença judicial, o resto é empulhação.

Como ninguém está a fim de quebrar a República, pode-se entender que a restituição seja parcelada. Da mesma forma, pode-se admitir que uma parte seja paga com ações de companhias estatais. É uma idéia engenhosa, desde que esse mecanismo dependa de adesão voluntária. Do contrário, será uma nova tunga, semelhante ao que aconteceu aos trabalhadores humildes que tinham ações das companhias telefônicas.

Há hoje nos cofres do FGTS algo como R\$ 6 bilhões esquecidos. Uma boa parte desse dinheiro é de gente que vive tão longe do Estado e do sis-

tema bancário a ponto de não se aproximar de suas burocracias nem para receber dinheiro.

Não há negociação possível nem solução aceitável sem que se comece a conversar a partir de um piso. Há gente com dezenas de milhares de reais a receber, mas a imensa maioria não chega ao milhar. A tunga teve uma lógica: ela pegou pouco dinheiro de muita gente e muito dinheiro de pouca gente. A solução honesta é res-

gatar primeiro o andar de baixo. Feito isso, pode-se oferecer aos demais ações da Petrobras, milhas da Varig, ou uma biblioteca com as obras completas da eikepekonômica.

A nota da semana passada foi produto da mistificação demagógica. A idéia da negociação com as centrais é um ilusionismo subversivo. Tão subversivo quanto as negociações de créditos oficiais com o MST. O Governo não negocia financiamentos do BNDES para a compra de cortes de casimira com os sindicatos dos alfaiates. Não tem motivo para negociar o dinheiro da Viúva com uma entidade que não tem diretoria conhecida, estatuto sabido e, indo-se mais longe, compromisso constitucional assumido.

O Governo acusa os defensores da

renegociação das dívidas interna e externa de malucos. Admita-se que o sejam. A verdade é que para honrar essas dívidas pratica-se um arrocho orçamentário. Argumente-se que não há outro remédio. Tudo bem. Quando chega a hora de pagar o que se tomou aos trabalhadores, o mesmo Governo que paga dólar com dólar e real com real aos gatos gordos da banca sai-se com propostas idênticas às que, sugeridas para os créditos do andar de cima, são consideradas maluques.

A retórica disparatada do Governo permite a construção da seguinte situação absurda: a CUT e a Força Sindical baixam na Avenida Paulista. Reúnem-se com a banca e lhe vendem os R\$ 30,8 bilhões (US\$ 17 bilhões) pela metade do preço. Em seguida, pagam a todo mundo com um deságio de 50%. Ficam felizes os tungs, pois receberão seu dinheiro antes do Natal. Ficam felicíssimos os banqueiros, pois, aplicando-se os argumentos da honorabilidade do crédito da União, ganham (como de hábito) um belo ervanário com o mínimo de esforço.

Se a dívida do Governo junto aos correntistas do FGTS pudesse ser transferida à banca, Malan poderia defender a sua pronta e integral quitação. Afinal, "deixar de fazê-lo é ficar fora da lei, é atuar sem ética".

ELIO GASPARI é colunista do GLOBO.